



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 81/XII/ 1.ª SL

Aos 11 dias do mês de Julho de 2012, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 79/XII, relativa à reunião de 04 de julho.
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do Ministro da Economia e do Emprego sobre o processo de nomeação do Conselho de Administração da Empresa Metro do Porto.
3. Apreciação e votação do parecer final relativo à Petição n.º 112/XII/1.ª - Solicitam à Assembleia da República que tome medidas legislativas no sentido de fazer valer nas portagens das ex-SCUT e na Ponte Vasco da Gama o desconto de 30% para os motociclos portadores do dispositivo de cobrança automática denominado Via Verde
Relator: Deputado Paulo Cavaleiro (PSD).
4. Apresentação e discussão do Projeto de Resolução n.º 350/XII/1.ª (PCP) - Propõe medidas de defesa e apoio ao sector do Táxi.
5. Apresentação e discussão do Projeto de Resolução n.º 388/XII/1.ª (PCP) - O Pronto-Socorro rodoviário como serviço prioritário, de interesse público.
6. Apresentação e discussão do Projeto de Resolução nº 398/XII -1ª (PCP) - A Via do Ave, VIM - Vizela/Joane - A urgente requalificação e integração no Plano Rodoviário Nacional (PRN).
7. Apreciação da informação relativa à discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 363/XII/1.ª (PEV) - Recomenda ao Governo a paragem imediata das obras da barragem de Foz Tua.
8. Fixação das Redações Finais referentes aos seguintes diplomas: - Texto de Substituição dos PJJ - 169/XII/1ª e 208/XII/1ª "Estabelece os princípios para a utilização de gases de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) como combustível em veículos"- PJJR 382/XII/1ª - Recomenda ao Governo que seja dada prioridade absoluta à negociação da linha de crédito com o Banco Europeu de Investimento prevista no Orçamento do Estado para 2012, mediante determinados



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 81/XII/ 1.ª SL

critérios.- PJR 383/XII/1ª - Recomenda ao Governo a elaboração de uma lista exaustiva com os custos de contexto que afetam as empresas exportadoras.- PJR 386/XII/1ª - Recomenda ao Governo a elaboração de uma lista de pequenas e médias empresas que apenas atuam no mercado interno, mas com potencial de internacionalização, no sentido de as orientar para a exportação.

9. Nomeação de Relator para a Proposta de Lei 80/XII/1.ª - Aprova o regime de acesso e exercício das atividades de realização de auditorias energéticas, de elaboração de planos de racionalização dos consumos de energia e de controlo da sua execução e progresso, nomeadamente mediante a emissão de relatórios de execução e progresso, no âmbito do sistema de gestão dos consumos intensivos de energia (SGCIE) e no âmbito de aplicação do regulamento da gestão do consumo de energia para o sector dos transportes, aprovado pela Portaria n.º 228/90, de 27 de Março, alterando o Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril. (Relator cabe ao PSD).

10. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO respeitante à celebração de um Acordo entre a União Europeia e a Confederação Suíça relativo à cooperação no âmbito da aplicação dos respetivos direitos da concorrência - COM(2012)245 Relator: Deputado Cristóvão Crespo (PSD).

11. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que altera a Decisão 2000/125/CE do Conselho, de 31 de janeiro de 2000, relativa à celebração do Acordo relativo ao estabelecimento de regulamentos técnicos globais aplicáveis aos veículos de rodas, aos equipamentos e às peças suscetíveis de serem montados ou utilizados em veículos de rodas («acordo paralelo») - COM(2012)201. Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)

12. Outros assuntos

1. Apreciação e votação da ata n.º 79/XII, relativa à reunião de 04 de julho

A ata n.º 79/XII/1.ª relativa à reunião de 04 de julho de 2012 foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do BE e do PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 81/XII/ 1.ª SL

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do Ministro da Economia e do Emprego sobre o processo de nomeação do Conselho de Administração da Empresa Metro do Porto

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) procedeu a apresentação do Requerimento subscrito pelo seu GP para uma nova audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego, acerca do processo de nomeação dos membros do Conselho de Administração da Empresa Metro do Porto. Começou por criticar o longo período de indefinição do Estado primeiro acionista do Metro do Porto, para proceder à nomeação do respetivo Conselho de Administração, uma situação que, na sua opinião, para além de não dignificar o Governo, criou alguma complexidade na própria Junta Metropolitana do Porto. Considerou ser necessário que o Senhor Ministro da Economia e do Emprego preste os devidos esclarecimentos à Comissão sobre o processo, mas tendo em consideração as dificuldades acrescidas para vinda do Senhor Ministro no final da presente sessão legislativa e o fato de o Senhor Ministro ainda na véspera ter estado perante esta Comissão para uma audição, concordou que, em alternativa, ao Senhor Ministro pudesse ser substituído pelo Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Sobre o requerimento apresentado, pronunciaram-se os Senhores Deputados Adriano Rafael Moreira (PSD), a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) e o Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP). O primeiro para referir que o processo de nomeação dos membros do Conselho de Administração do Metro do Porto foi transparente, tendo o Governo submetido à Comissão de Recrutamento e Seleção da Administração Pública os respetivos Currícula e prestado os devidos esclarecimentos; A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino, para subscrever o requerimento do PCP e para esclarecer que o que estava em causa no processo, não era o método de avaliação dos Currícula mas sim as relações institucionais inaceitáveis que se estabeleceram com as CM da área Metropolitana do Porto (segundo acionista) devido à atuação do Governo para com os anteriores administradores do Metro do Porto, que estiveram um ano sem receberem orientações ou indicação de que iriam ser substituídos e também na Assembleia Geral do Metro do Porto, quando na reunião em que deveria ocorrer a negociação entre os acionistas da empresa para a escolha do novo Presidente da empresa, o Estado não se fez representar. A Senhora Deputada criticou também a forma como o Governo procedeu para com a Senhora Presidente da STPC, aquando da sua saída. Por último, o Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP), para lembrar que em anteriores audições do Senhor Ministro da Economia e do Emprego, nenhuma força política tinha levantado o problema e perguntar a razão de o ser nesta altura.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 81/XII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Agostinho Lopes rebateu os argumentos do Senhor Deputado Adriano Rafael Moreira, esclareceu que tinha vindo a abordar por escrito esta matéria ao longo dos últimos meses e considerou que nas audições do Senhor Ministro em Comissão não há tempo suficiente para abordar todas as questões, impondo-se alterar as grelhas de tempos.

O requerimento foi votado, tendo sido rejeitado, com os votos a favor do PS e do PCP e os votos contra do PSD e do CDS, registando-se a ausência dos GP do BE e do PEV.

3. Apreciação e votação do parecer final relativo à Petição n.º 112/XII/1.ª - Solicitam à Assembleia da República que tome medidas legislativas no sentido de fazer valer nas portagens das ex-SCUT e na Ponte Vasco da Gama o desconto de 30% para os motociclos portadores do dispositivo de cobrança automática denominado Via Verde; Relator: Deputado Paulo Cavaleiro (PSD)

O Senhor Deputado Relator apresentou o parecer que elaborou sobre a Petição n.º 112/XII/1.ª e em seguida usou da palavra o Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) para transmitir que tinha algumas dúvidas relativamente à exposição dos peticionários e sugerir ao relator que o relatório não fosse ainda considerado definitivo e que antes fossem ouvidas também as concessionárias das rodovias visadas. Também a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) usou da palavra para informar que o PS votaria a favor mas que no entanto também considerava que este carecia de maior aprofundamento. O Deputado relator aceitou as opiniões ouvidas e tendo considerado pertinente a sugestão do GP do CDS-PP, mostrou-se disponível para fazer mais diligências para recolha de informação. Por consenso, a Comissão adiou a apreciação da Petição n.º 112/XII/1ª para o início da próxima sessão legislativa.

4. Apresentação e discussão do Projeto de Resolução n.º 350/XII/1.ª (PCP) - Propõe medidas de defesa e apoio ao sector do Táxi.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) solicitou o adiamento deste ponto da Ordem do Dia para a próxima reunião, devido à ausência do Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) a quem foi atribuída a apresentação do PJR em apreço.

5. Apresentação e discussão do Projeto de Resolução n.º 388/XII/1.ª (PCP) - O Pronto-Socorro rodoviário como serviço prioritário, de interesse público.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes apresentou o Projeto de Resolução n.º 388/XII/1.ª subscrito pelo PCP, fundamentando-o devidamente. Explicou que os reboques são essenciais para a manutenção da fluidez das vias, devendo ser tido em consideração o seu interesse público, que é semelhante ao dos veículos dos bombeiros ou da proteção civil, carecendo de um quadro legal que regule a sua atividade, nomeadamente ao nível das relações no interior



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 81/XII/ 1.ª SL

da atividade. Destacou o universo das empresas de reboques: de um lado existem 500 micro e pequenas empresas de cariz familiar, em feroz concorrência pela captação de clientes e do outro, 6 empresas de assistência em viagem, que representam mais de 90% da quota de mercado, que impõem e determinam as condições em que os serviços são prestados, existindo desigualdade negocial entre os dois segmentos, sendo que a AdC e o ISP não têm dado ao problema, qualquer resposta aceitável. As micro e pequenas empresas, continuou o Deputado do PCP, deparam-se com custos de combustível que correspondem a 50% dos seus custos operacionais, tendo-lhes sido também imposta a utilização de GPS, ligados às centrais das empresas de assistência em viagem, com custos muito elevados para as primeiras (50 euros/mês). Acrescentou que o Governo, em resposta à pergunta que lhe foi colocada pelo PCP sobre esta matéria, afirmou que existe liberdade contratual entre as várias entidades, quando a realidade demonstra, sublinhou o Deputado do PCP, que existe uma situação de dependência económica desproporcional, exigindo porventura uma convenção semelhante à do táxi. O Senhor Deputado concluiu a sua intervenção, salientando a necessidade de se avaliar o quadro legal e se promover uma avaliação entre os diversos agentes, estabelecendo-se regras e critérios de qualidade.

Sobre o assunto pronunciou-se seguidamente o Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD), para esclarecer que a utilização do GPS não é obrigatória e que as empresas têm que fazer valer os seus direitos. O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP), para questionar a classificação de “serviço público” atribuída aos reboques pelo PCP. Lembrou que existem vários setores que revelam desequilíbrio de forças e que convém a AR analisar, mas que o que está em jogo são as regras da concorrência, sendo que o que o consumidor pretende é uma assistência rápida, e o GPS acelera a prestação desse serviço. Quanto à possibilidade de os reboques virem a ter um estatuto equiparado ao das ambulâncias ou do pronto-socorro nas autoestradas, considerou ser uma possibilidade a ponderar. No entanto, por existirem questões pertinentes que o CDS-PP pretendia analisar mais aprofundadamente, o Senhor Deputado Helder Amaral entendeu não ser ainda o momento de assumir uma posição. O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) considerou que a defesa dos consumidores é a principal questão a acautelar quando surgem questões como esta em mercados abertos, tendo beneficiado nos últimos anos com a melhor prestação da assistência em viagem.

Ao encerrar a discussão do PJR n.º 388/XII/1.ª (PCP), o Senhor Deputado Agostinho Lopes sublinhou que a defesa do consumidor foi a argumentação utilizada tanto pelo PSD como pelo PS, mas que na sua opinião o mercado apresenta uma relação de forças muito desigual. Assim, desafiou os restantes GP a apresentarem propostas de alteração. Criticou o ISP por, na sua opinião, não desempenhar o papel de regulador que lhe é exigível, acusando-o de ser uma entidade ao serviço das seguradoras. Relativamente à AdC, o Senhor Deputado Agostinho



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 81/XII/ 1.ª SL

Lopes recordou que foi em 2009 que pela primeira vez o PCP lhe colocou o problema e que a resposta então recebida dava conta de uma investigação em curso. Passados estes anos, a resposta da AdC nada refere sobre qualquer investigação. Acrescentou, no final, que se nada for feito, as estruturas duopolistas continuarão a esmagar as pequenas empresas e que, neste momento, já é tarde demais para se exigir a intervenção da AdC ou do ISP, necessitando este problema de outro tipo de intervenção.

6. Apresentação e discussão do Projeto de Resolução nº 398/XII -1ª (PCP) - A Via do Ave, VIM - Vizela/Joane - A urgente requalificação e integração no Plano Rodoviário Nacional (PRN)

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) fez a reapresentação do Projeto de Resolução nº 398/XII/1ª, uma iniciativa que já referiu já ter sido apresentada pelo PCP na anterior Legislatura, esclarecendo que desde então, têm ocorrido uma série de acidentes rodoviários particularmente graves, devido ao estado de conservação da via do Ave (VIM). Saliu que o problema da falta de manutenção da via é do conhecimento tanto das Câmaras Municipais envolvidas, como das forças de segurança e companhias de seguros, sendo lamentável o seu estado e requerendo obras de requalificação profundas, que passam também pelo seu prolongamento a nascente e a poente, aumentando com isso a fluidez da ligação entre o Vale do Ave e o Vale do Cávado, numa via que abrange 4 concelhos com densidade populacional muito dispersa.

Por seu turno o Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD), separou o assunto em dois planos, por um lado os acidentes que há a lamentar e, por outro, as responsabilidades que devem ser assacadas, na sua opinião, às Assembleias Municipais que decidiram construir a VIM, por entenderem que se tratava de um projeto muito importante para a região, recorrendo a fundos comunitários para o fazer e agora não têm os meios para a necessária manutenção. Deu conhecimento que o PSD tinha proposto uma moção já votada na última reunião da Assembleia Municipal de Guimarães, que é diferente do PJR apresentado pelo PCP, indo aquela no sentido de que a Assembleia Municipal do Vale do Ave, “proprietária” da estrada, encontre meios para realizar a obra.

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) referiu que o Plano Rodoviário Nacional é estruturante para as rodovias portuguesas, tendo sido revisto em diversas ocasiões, em 1995 e em 1999, tendo-lhe os Governos que nessas alturas se encontravam em funções, acrescentado mais vias, não se compreendendo por isso a posição agora assumida pelo PSD contra a integração no Plano Rodoviário Nacional (PRN).

O Senhor Deputado Helder Amaral informou que o CDS votaria contra este PJR e sugeriu aos Senhores Deputados que lessem as suas intervenções no âmbito do PJR que tinha sido



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 81/XII/ 1.ª SL

apresentado pelo CDS-PP sobre o Plano Rodoviário Nacional. Afirmou que o Plano não deve ser considerado um documento fechado, tratando-se no entanto de um plano estratégico para implementar ao longo do tempo e não numa única legislatura, contrariamente ao que foi feito pelo anterior Governo, ao realizar obras nem sempre sustentadas por estudos de impacte ambiental, comparadores públicos ou vistos do TC. Criticou depois o fato de a Assembleia Municipal que fez a obra estruturante em apreço não conseguir agora assegurar a sua manutenção, tentando empurrá-la para o Governo. O Senhor Deputado Paulo Campos pediu de novo a palavra para assinalar com indignação o que considerou serem “inverdades” caluniosas as afirmações feitas pelo Senhor Deputado Helder Amaral relativamente à sua pessoa e ao anterior Governo e refutar as acusações feitas.

Nesta altura o Coordenador do GP do PS, Deputado Rui Paulo Figueiredo, fez uma interpelação à Mesa acerca do tom das acusações feitas pelo Coordenador do GP do CDS-PP àquele Deputado do PS e que criou alguma tensão entre os dois GP, solicitando maior elevação e assertividade nas próximas intervenções dos Senhores Deputados. Também o Senhor Presidente sentiu necessidade de intervir, para recentrar a discussão em torno da matéria que constava da agenda de trabalhos.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) apontou o que considerou serem contradições de posições e aproveitamento político nos comportamentos dos partidos, quando estão no poder ou na oposição, considerando-as injustificáveis num regime democrático e explicou que o que estava em causa com este PJR era a sinalização do problema, que exige resposta, e conseguir que a AR propusesse ao Governo que considerasse o problema. Solicitou a distribuição à Comissão de uma carta recebida do familiar de uma vítima de acidente rodoviário na via do Ave, com o que o Senhor Presidente concordou.

7. Apreciação da informação relativa à discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 363/XII/1.ª (PEV) - Recomenda ao Governo a paragem imediata das obras da barragem de Foz Tua

O Senhor Presidente deu conhecimento que o GP do PEV, subscritor do PJR n.º 363/XII/1ª, não podia estar presente nesta reunião mas que tinha informado que estava de acordo com a informação relativa à discussão em Comissão desta iniciativa. Não se registando qualquer objeção dos restantes GP, a informação foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do BE e do PEV, com a alteração de redação solicitada pelo Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD).



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 81/XII/ 1.ª SL

8. Fixação das Redações Finais referentes aos seguintes diplomas: - Texto de Substituição dos P JL - 169/XII/1ª e 208/XII/1ª "Estabelece os princípios para a utilização de gases de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) como combustível em veículos"- P JR 382/XII/1ª - Recomenda ao Governo que seja dada prioridade absoluta à negociação da linha de crédito com o Banco Europeu de Investimento prevista no Orçamento do Estado para 2012, mediante determinados critérios.- P JR 383/XII/1ª - Recomenda ao Governo a elaboração de uma lista exaustiva com os custos de contexto que afetam as empresas exportadoras.- P JR 386/XII/1ª - Recomenda ao Governo a elaboração de uma lista de pequenas e médias empresas que apenas atuam no mercado interno, mas com potencial de internacionalização, no sentido de as orientar para a exportação

A Comissão fixou as Redações Finais referentes aos seguintes diplomas: - Texto de Substituição dos P JL - 169/XII/1ª e 208/XII/1ª, P JR 382/XII/1ª, P JR 383/XII/1ª e P JR 386/XII/1ª sem votos contra, registando-se a ausência do GP do PEV.

9. Nomeação de Relator para a Proposta de Lei 80/XII/1.ª - Aprova o regime de acesso e exercício das atividades de realização de auditorias energéticas, de elaboração de planos de racionalização dos consumos de energia e de controlo da sua execução e progresso, nomeadamente mediante a emissão de relatórios de execução e progresso, no âmbito do sistema de gestão dos consumos intensivos de energia (SGCIE) e no âmbito de aplicação do regulamento da gestão do consumo de energia para o sector dos transportes, aprovado pela Portaria n.º 228/90, de 27 de Março, alterando o Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril. (Relator cabe ao PSD)

O Coordenador do GP do PSD indicou para Relator da Proposta de Lei 80/XII/1.ª, o Senhor Deputado Nuno Matias.

10. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO respeitante à celebração de um Acordo entre a União Europeia e a Confederação Suíça relativo à cooperação no âmbito da aplicação dos respetivos direitos da concorrência - COM(2012)245; Relator: Deputado Cristóvão Crespo (PSD)

O Relator, Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), fez a apresentação do parecer sobre a iniciativa legislativa europeia COM(2012)245 e não se registando novas inscrições, o parecer foi votado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do BE e do PEV.

11. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que altera a Decisão 2000/125/CE do Conselho, de 31 de janeiro de 2000, relativa à



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 81/XII/ 1.ª SL

celebração do Acordo relativo ao estabelecimento de regulamentos técnicos globais aplicáveis aos veículos de rodas, aos equipamentos e às peças suscetíveis de serem montados ou utilizados em veículos de rodas («acordo paralelo») - COM(2012)201Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)

O Relator, Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), apresentou o parecer relativo à iniciativa legislativa europeia COM(2012)201, tendo o Senhor Deputado Nuno Matias saudado o Relator pelo trabalho realizado. Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do BE e do PEV.

12. Outros assuntos

Em resposta à solicitação do GP do PCP, o Senhor Presidente aceitou prorrogar o prazo limite para a apresentação de propostas de alteração às PPL n.º 60/XII/1ª e 62/XII/1ª até ao final do dia 13 de julho, 6.ª feira. A discussão e votação na especialidade de ambas as iniciativas foram agendadas para a próxima reunião da Comissão.

O Senhor Presidente informou que a audição do Presidente da ERSE está confirmada para o dia 25 de julho, às 11H00 e que tinha sugerido a data da audição da Secretária de Estado do Turismo para o dia 18 de julho às 11H00, mas que esta audição ainda aguardava confirmação.

A reunião foi encerrada às 13:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 Julho 2012.

O (A) PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 81/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
Afonso Oliveira
Cristóvão Crespo
Emídio Guerreiro
Jorge Fão
Nuno Serra
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Teixeira
Heloísa Apolónia
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Martins
Duarte Cordeiro